

# Continuidade do vice não tem mais problemas

LEITE FILHO  
Da Editoria de Política

A tranquilidade com que o vice-presidente José Sarney assumiu o poder, por causa da enfermidade do presidente Tancredo Neves, no último 15 de março, intrigou os observadores nacionais e internacionais, acostumados que estavam a presenciar deposições de vices, sempre que estes tivessem que suceder o titular.

Se eles ainda tinham alguma dúvida quanto à efetivação de Sarney, no caso de Tancredo ser considerado definitivamente impedido, esta parece ter se dirimido com a manifestação de ontem do ex-presidente João Figueiredo, fazendo rasgados elogios à conduta do presidente em exercício.

Figueiredo a quem, juntamente com alguns setores radicais do SNI, era atribuída a única resistência à passagem do poder a Sarney, junta-se assim, à unanimidade dos políticos, das correntes mais carbonárias às mais moderadas, que de pronto se manifestaram em favor do respeito à Constituição, que confere todos os poderes ao vice, no caso de impedimento do presidente.

## DOMINAR A CORRENTEZA

O temor inicial de que se repetissem mais uma vez os golpes contra os vices, um fenômeno que não é apenas brasileiro, mas latino-americano e de países sem instituições políticas consolidadas, é agora substituído pela esperança de que o presidente em exercício saiba domar a corrente de problemas e crises que o aguardam no cargo.

Ninguém desconhece a falta de popularidade e de experiência política de Sarney, se comparado a Tancredo Neves, mas é evidente que o esforço nacional, sobretudo político e agora, com a manifestação de Figueiredo, também militar, no seu sentido mais amplo, poderá de alguma forma preencher esta lacuna.

O maior receio é de que a exacerbção das dificuldades econômicas e sociais, que tendem agora a atingir seu paroxismo com as medidas antiinflacionárias e o estouro dos escândalos deixados pelos governos militares, venha a precipitar um novo clamor popular pela eleição direta-já do presidente da República.

Todo o esforço é feito para que isto seja adiado pelo menos até 1986, quando o país se mobilizará para a eleição destinada a renovar toda a Câmara dos Deputados e dois terços do Senado e a preencher uma Assembléia Constituinte, assim como todos os gover-

nadores e assembleias legislativas dos Estados.

## EMPENHO UNÂNIME

Neste sentido empenham-se os políticos na sua unanimidade, como demonstram as declarações sucessivas dos líderes e das bases dos diversos partidos e segmentos partidários, que vêem na manutenção do dispositivo constitucional a melhor maneira de romper o impasse provocado pelo impedimento de Tancredo Neves.

Eles não questionam sequer a origem ou a legitimidade da Constituição, outorgada pela Junta Militar que, em 31 de agosto de 1969, usurpou o poder e afastou o vice-presidente Pedro Aleixo (o último dos vices depositos no Brasil), que deveria assumir com o impedimento do presidente Costa e Silva.

Afinal, não é esta a primeira vez que o Brasil se serve de Constituições outorgadas, para viabilizar seu processo de normalização institucional, por mais paradoxal e disparatado que tal prática possa parecer.

Em 1945, quando o movimento de redemocratização derrubou o Estado Novo, a convocação de eleição direta para presidente da República teve de pedir abrigo à Constituição da Ditadura, que, como a de hoje, prevê um mandato de seis anos para o presidente da República.

## O RUBICÃO

A Assembléia Nacional Constituinte, eleita um ano depois, encarregou-se de remover o entulho autoritário da época, que era infinitamente maior do que o legado pelos militares de 1964, e de reduzir, de seis para cinco anos, mandato do general Eurico Dutra, eleito presidente.

Acima dos preciosismos jurídicos, os políticos da Nova República que parecem contar com o apoio dos militares, como ficou demonstrado no episódio Newton Cruz, empenham-se em consolidar as instituições, o único meio adequado de evitar os surtos de autoritarismo e os golpes.

Eles se esforçam, neste propósito, para obter o apoio do país e dessa forma assegurar a estabilidade política, considerada absolutamente indispensável para suportar os momentos de angústia social e econômica, provocados por novos remédios a nos serem aplicados pelo FMI dentro de muito breve. E se isto for possível pelos menos até 15 de novembro de 1986, o Brasil terá tranquilamente atravessado o Rubicão.